



Stilus

(Nº 3)

PUBLICAÇÃO
SEMESTRAL



Revista de

Cultura Regional

J. C. Vilhena Mesquita

**BREVE ENSAIO GEO-ECONÓMICO
SOBRE O ALGARVE NA PRIMEIRA
METADE DO SÉC. XX
EM HOMENAGEM AO
PROF. MANUEL VIEGAS GUERREIRO**

*Stilus nº3
Jul. / Dez. 2000*

BREVE ENSAIO GEO-ECONÓMICO SOBRE O ALGARVE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

**- EM HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR MANUEL
VIEGAS GUERREIRO**

*por José Carlos Vilhena Mesquita **

Não tive a honra de ter sido aluno do Prof. Doutor Manuel Viegas Guerreiro. Mas tive o prazer e a satisfação de o conhecer pessoalmente, sentindo-lhe o pulsar da alma algarvia na forma alegre e prazenteira como acolhia, sem excepção, todos os que dele se abeiravam, para desfrutar do conhecimento que dele emanava em inesgotável manancial ou, simplesmente, receber conselhos, indicações e referências. Era um cientista na verdadeira acepção da palavra. Paciente, meticoloso e muito rigoroso nos seus trabalhos de investigação, nomeadamente na recolha da Literatura Oral, em que foi modelar. Humilde e ávido de aprender, mas fraterno na transmissão do saber. Acima de tudo era homem de bom coração e de uma ternurenta generosidade. Um verdadeiro paradigma para os colegas e alunos.

O amor à terra-mãe, o espírito “algarviísta” - tão peculiar nos que vivem longe do seu Algarve - era um sentimento, uma emoção sempre presente quando alguém se revelava seu conterrâneo. Falava logo das lendas ou dos encantamentos mouriscos que à sua terra diziam respeito, imitando sotaques e trejeitos regionais que a todos deleitava, pela forma viva e jovial como os interpretava.

Amiudadas vezes trocamos impressões sobre as particularidades da cultura algarvia. Conheci-o quando fui caloiro na Faculdade de Letras de Lisboa, achando desde logo que era uma bondosíssima e muito carismática figura daquela casa. Todos o conheciam e respeitavam, havendo sempre da sua

parte um sorriso luminoso de extrema candura e afabilidade. Recordo-me bem da impressão que me fizera a sua aparente estatura doutoral, marcada por uma conservadora indumentária de fato e gravata, alto, elegante, olhos perscrutantes, cabelo branco e pescoço ligeiramente inclinado. Metia respeito, e para mim, jovem aluno, aquele deveria ser o protótipo do Professor Catedrático. Ao seu nível e da sua estirpe lembro os Profs. Lindley Cintra, Orlando Ribeiro, António José Saraiva, Barradas de Carvalho e Borges de Macedo.

Encontrava-o às vezes na Biblioteca da Faculdade ou na Biblioteca Nacional, quase sempre rodeado de alunas e na sua pose habitual: com a mão na ilharga e o pescoço inclinado. Aquele “defeito” no pescoço era, em boa verdade, a sua imagem natural: timidez, humildade, simplicidade.

Mais tarde, quando fiz a cadeira de Antropologia Cultural no curso de História, pedi-lhe ajuda para obter bibliografia e sobretudo para ouvir a sua opinião sobre a existência de padrões culturais do Algarve. Fiquei deslumbrado com a forma como encadeava os conhecimentos para criar uma estrutura explicativa. E sempre a sorrir. Ficamos amigos. Amizade essa que se estreitaria com o decorrer dos anos e principalmente quando comecei a escrever a *Algarviana*, com o Dr. Mário Lyster Franco, de quem foi também grande amigo. Escrevi-lhe algumas vezes a pedir informações sobre diversos assuntos, geralmente relativos às minhas investigações da cultura algarvia. E dele recebi palavras de incentivo, às vezes transmitidas pelo Dr. Alberto Iria, um grande e comum amigo, com quem privei mais de perto.

Foi numa das conversas que tivemos há longos anos, que lhe ouvi dizer que faltava um estudo de fundo sobre a geo-economia do Algarve, desde o Antigo Regime até aos nossos dias. E como referência citava os exemplos de Ezequiel de Campos, Amorim Girão e Orlando Ribeiro, ou, em contraposição, ao pouco que nesse sentido se fazia entre nós, citava o exemplo de investigadores estrangeiros, como era o caso de Albert Silbert, Michel Drain, Pierre Birot e outros. Porém, referia-se com rasgados elogios aos valiosos contributos que nesse sentido fornecera o Prof. Orlando Ribeiro,

nomeadamente no seu livro *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, no qual distinguiu e salientou a importância do Algarve no contexto geográfico peninsular. Aliás Orlando Ribeiro sempre insistiu que o Algarve era uma região própria, em si mesma, incomparável, com características naturais e meios de sobrevivência económica que lhe poderiam garantir a auto-sustentabilidade. Nesse aspecto as suas convicções de geógrafo e investigador iam de encontro ao pensamento político-económico de Tomás Cabreira, que no princípio do século demonstrou no seu livro *O Algarve Económico*, que esta região possuía rendimentos fiscais e condições financeiras que asseguravam sustentação económica o que justificava a sua integração na proposta de autonomia regional com que foram contemplados os Açores e a Madeira.

Não estando ao nível dos investigadores citados, ocorreu-me porém, há alguns anos atrás, traçar um esboço geo-económico do Algarve na primeira metade deste século, precisamente aquele período cronológico que o meu saudoso amigo Prof. Manuel Viegas Guerreiro, melhor conheceu. E, tal como ele dizia, o Algarve era uma terra de pescadores pobres, agricultores remediados e burgueses oportunistas.

As ideias e as palavras, alinhavadas nas linhas que se seguem, são-lhe dedicadas. Foi a pensar nele e no “nosso” Algarve que as escrevi.

Quando em 1879 o historiador Oliveira Martins deu à estampa a sua *História de Portugal*, tentou, num dos capítulos iniciais, associar os condicionalismos geográficos às características socioeconómicas dos diversos complexos administrativos em que se decompunha o território nacional. No caso especial do Algarve, essa particularização do binómio espaço/comunidade surge-nos esquematizada de uma forma muito elucidativa e bastante esclarecedora. Ouçamos, portanto, as suas palavras:

«Ao calor de um sol já africano, durante o estio, e no seio de uma constante primavera, durante o inverno, o algarvio desconhece a aspereza da vida: nem os frios o obrigam à indústria para se vestir, nem a fome ao duro trabalho da enxada para comer. Enquanto voga sobre o mar, mercadejando, pescando,

contrabandeando, crescem-lhe no campo a figueira, a amendoeira, a laranjeira, cuja seiva o sol se encarrega de transformar todos os anos em frutos. A alfarrobeira nas encostas da sua serra, a palma pelos valados, pedem apenas que lhes colham os frutos e os ramos; e o mercador, no seu barco, ao longo da costa, espera as cargas, para as trocar por dinheiro.»

Ressaltam desta transcrição os principais factores de identificação e permanência do Algarve, consubstanciados na afabilidade climatérica, na bonomia das águas oceânicas de abundante riqueza pesqueira, na cultura hortofrutícola dos solos, na indústria artesanal e no comércio marítimo. O turismo - então imperceptível - surgiria muito mais tarde, mas ainda assim como reflexo das magníficas condições naturais da região.

Para não correr o risco de nos alongarmos em demasia, diremos, em síntese e na nossa opinião, que o Algarve na primeira metade deste século mantinha uma estrutura económica muito semelhante à do século passado. Quer isto dizer que os alicerces da sua economia regional permaneciam ainda assentes na agricultura, na pesca e indústria conserveira, no pequeno comércio e na manufactura artesanal. Todavia, a escassez dos recursos hidrográficos e as descontinuidades geomorfológicas, que numa espécie de anfiteatro decrescem de Norte para Sul, geraram assimetrias de desenvolvimento que mantiveram a serra adstrita a uma economia de subsistência, enquanto o litoral progredia no aumento da produção agro-industrial, na diversificação da oferta e na senda duma economia de mercado, ainda que incipiente.

Por diversos condicionalismos e alguma tradição histórica, era no sector primário que residiam as fontes da economia algarvia. Essa dependência dos bens naturais, da terra e do mar, associada à débil preparação técnica das forças laborais, ao escasso investimento na industrialização agrícola, à individualização da propriedade, à concentração dos meios de produção e à apropriação das mais-valias no seio de um reduzido número de empresários ou de proprietários tradicionais, não fazia traduzir uma região modelarmente próspera, mas, sim, um espaço socioeconómico bastante sensível às

contingências da natureza, ao diálogo comercial norte-sul e às relações político-económicas com o mercado externo, mediterrânico e centro-europeu.

No âmbito da agricultura havia (como há hoje) que tomar em linha de conta a dicotomia serra-litoral, apesar de entre estas sub-regiões existirem produções agrícolas semelhantes, especialmente nas culturas arvenses.

O interior serrano identificava-se, grosso modo, pelas seguintes características: pobreza dos solos, fragosidade e aridez da terra, culturas de sequeiro, produção cerealífera e pastoril, povoamento escasso e isolado, dificuldade de acessos e afastamento das redes viárias, fraca produção, baixo poder de compra, frugalidade alimentar, austeridade e habitação modestíssima. Numa palavra, os lugarejos serranos resistiam com dificuldade e algum estoicismo às agruras da pobreza. As aldeias subsistiam por força da solidariedade dos seus habitantes e da transacção dos parques excedentes nos mercados regionais e sazonais. As vilas ou sedes de concelho permaneciam envoltas numa certa letargia económica, que se fazia reflectir na sua reduzida actividade comercial. A emigração dos mais jovens para as terras baixas do litoral, para a cintura industrial de Lisboa ou para o estrangeiro (colónias africanas, Magrebe, América do Sul e Europa), indiciava já o envelhecimento da população e a rarefacção demográfica.

O litoral caracterizava-se pela fertilidade dos solos, tanto nos vales e várzeas como na planície da beira-mar. À cultura de sequeiro no barrocal-serra sucedia a cultura de regadio na faixa litoral, em cuja propriedade repartida se desenvolviam as primícias hortofrutícolas. Pomares, olivais, figueirais e vinhas, prevaleciam entre as culturas arvenses. As feiras e mercados animavam a economia local e a exportação dos frutos secos - figo, amêndoa e alfarroba - mantinham aceso o comércio com o país e o estrangeiro. Na faixa litoral crescia o tecido urbano das principais cidades e vilas, gerado pelo incremento comercial, desenvolvimento da indústria e fomento das pescas. O centro de decisão político-administrativo, sediado em Faro, outorgava ao litoral o próprio epíteto de Algarve, justificando-se deste modo

a expressão serrenha de “ir ao Algarve”, como tradução duma simples deslocação para as terras baixas da beira-mar.

Vejamos agora o sector da pesca, tradicionalmente considerado como uma das mais acentuadas potencialidades do Algarve, que teve durante a epopeia dos Descobrimentos Marítimos uma notável expressão de glória universal.

Com uma extensa plataforma continental e uma tão vasta quanto acessível linha costeira, o Algarve constitui, desde longa data, um dos mais cobiçados bancos pesqueiros da Península Ibérica. A política pombalina de incremento pesqueiro nos meados da centúria de Setecentos e o forte investimento nas artes de captura do atum, sardinha e corvina, levado a cabo no século seguinte por diversas empresas nacionais e estrangeiras - das quais subsiste ainda a Companhia de Pescarias do Algarve (fundada em 1835) - fizeram com que os portos de Vila Real de St.º António, Portimão, Faro e Olhão rapidamente adquirissem o estatuto de principais centros económicos da pesca algarvia. Neles despontaram, durante o último quartel do séc. XIX, as primeiras indústrias conserveiras, cuja tecnologia teria sido introduzida em 1865. Contudo, data de 1879 o início de laboração da primeira fábrica no Algarve, com o nome de «Santa Maria», fundada em Vila Real de St.º António pelo empresário italiano Angelo Parodi. Seguiram-se-lhe logo outras, também por iniciativa de investidores estrangeiros, como foi o caso dos italianos Migone, dos espanhóis Ramirez, Gomez, Centenos e Tenórios.

Ao investimento estrangeiro, de origem italiana (para o atum) e francesa (para a sardinha), seguiu-se-lhe o espanhol que trazia consigo o melhor azeite da Andaluzia e da Catalunha. A qualidade do azeite foi decisiva para convencer o consumidor interno e para conquistar o mercado europeu. E se de início os empresários nacionais escasseavam o certo é que por todo o país despontavam novas fábricas, sendo de realçar o facto de em 1924 existirem em Portugal mais de 400 unidades fabris, número esse que em 1945 decrescera para 246 indústrias, com tecnologia de ponta e mão-de-obra especializada. E se a princípio o azeite se importava de Itália e de Espanha, a folha-de-flandres e a

solda de França, também é certo que não tardou muito a que fossem substituídos por tecnologia nacional, assumindo-se neste âmbito o Algarve como uma das regiões mais proeminentes, mercê dos avultados índices de exportação registados no decurso das duas guerras mundiais. A título de exemplo bastará acrescentar que em 1908 existiam no Algarve 29 fábricas de conservas de peixe e que em 1917 esse número aumentara para cerca de uma centena. A justificação para este exponencial crescimento residia na guerra que dilacerava quase toda a Europa.

Como é lógico, o abastecimento dos exércitos no teatro de guerra compunha-se fundamentalmente de alimentos em conserva. As tropas aliadas, sobretudo os exércitos francês e inglês, consumiam preferencialmente as conservas algarvias de atum e sardinha. Mas neste negócio foram os países mediterrânicos, mais industrializados no sector conserveiro, os principais beneficiados com expressivos índices de exportações. Daí resultaram incalculáveis fortunas, de que são ainda exemplo os Júdice Fialho, os irmãos Feu, os Ferreira Neto, os Bivares, os Magalhães Barros, os Ramirez e outros pequenos industriais, cujos sinais exteriores de riqueza ficaram bem patentes nas residências apalaçadas e nalgumas extensas propriedades agrícolas (como foi o caso de Vilamoura), das quais se aproveitariam os modernos empresários do turismo, para as converter em aldeamentos, estâncias de veraneio, discotecas, etc.

O rápido crescimento da indústria traduziu-se na captação da mão-de-obra, não necessariamente qualificada, o que suscitou a transferência de muitas famílias do campo e da serra, operando-se dessa forma a transformação do agricultor em operário. Dessa transmutação social resultaria um certo esvaimento da força de trabalho nos campos do interior. Esse foi, aliás, um fenómeno incontornável do nosso tempo. E com o advento do turismo repetir-se-ia nova sangria demográfica que abriu o caminho ao ermamento da serra.

A evolução era constante no sector pesqueiro. Fundam-se arraiais para os pescadores do atum (de que é paradigma o Arraial Ferreira Neto),

despontam bairros operários em torno das fábricas (exemplos de Olhão e Portimão), abrem-se novas ruas nas vilas e cidades portuárias, há mais poder de compra e o comércio alarga a oferta em função da procura.

Atum, sardinha, biqueirão, cavala, bacalhau e arenque, são as espécies mais procuradas e afincadamente capturadas. As primeiras nas costas nacionais e as últimas nos longínquos mares da Terra Nova, Islândia, Canadá e Noruega. Nas águas do Atlântico navegava confiante o pescador algarvio. Mas a família ficava em terra, no bairro pobre, nem sempre com o sustento garantido. A miséria habitava paredes meias com a opulência. E quando o mar negava o pão ou roubava a vida dos mais incautos faziam-se rezas, juravam-se promessas e organizavam-se procissões a S. Pedro e S. Gonçalo, às Senhoras do Carmo, da Guia, da Vitória, da Boa Morte, etc. Havia (e creio que ainda não se extinguiu) todo um ritual religioso à volta dos mistérios do mar e dos perigos da pesca, de que foram exemplo as Confrarias ou Compromissos Marítimos, a benção das redes, dos barcos, das armações, as procissões e os ex-votos nas igrejas. A etnografia marítima do Algarve, tão rica e multifacetada, esbateu-se ligeiramente com o decorrer dos tempos, carecendo hoje de um estudo atento, rigoroso e cientificamente conduzido, antes que se apaguem definitivamente da memória dos vivos as reminiscências do passado.



O copejo na armação do atum

As armações do atum constituíam as artes mais rendáveis, apesar de muito dispendiosas em artefactos e mão-de-obra. De Maio a Junho capturava-se o atum “de direito”, que em direcção ao Mediterrâneo corria a desovar; de Julho a Agosto aguardava-se o seu regresso, sendo por isso designado como “atum de revés”. A faina do copejo nas redes da armação, também conhecida por “tourada do mar”, constituía um dos mais típicos quadros etnográficos da região, magistralmente captados nas obras de Raul Brandão e de Manuel Teixeira Gomes. Por vezes um só copejo durava o dia inteiro, cifrando-se a captura em centenas de atuns, numa matança festiva que roçava os limites da barbárie. Quando nesses açougues marítimos o vento soprava para terra havia senhoras e cavalheiros de idade que sentiam náuseas, devido ao cheiro do sangue. O sábio José Leite de Vasconcelos chegou mesmo a referir, numa das suas estadias em Faro, na Pensão Madalena, que se achava indisposto por sentir uma aragem estranhamente desconfortante. Soube depois que ocorrera nesse dia um copejo de atum nas imediações da Ilha do Farol.

O valor económico desta espécie era assaz considerável, sendo de referir que os tunídeos apanhados antes da desova pesavam entre 60 e 150 quilos. Por isso se pode imaginar quão notável era o seu aproveitamento na indústria conserveira e como era relevante o seu papel na alimentação, quer pelo seu valor calórico-proteico, quer ainda pelo seu destaque na gastronomia regional, que fez do “atum frescal” um dos seus recursos mais apreciados. Infelizmente, também neste aspecto se nota hoje uma enorme distância do passado, visto que a tradicional cozinha regional algarvia vai ficando cada vez mais pobre e estereotipada pela influência das dietas estrangeiras - sendo certo, também, que a carência de certas espécies pelágicas tem contribuído para o empobrecimento da nossa gastronomia.

Por fim, uma ligeira alusão ao comércio.

As actividades comerciais de mais acentuada tradição no Algarve eram as feiras francas e os mercados semanais, sem esquecer as transacções diárias no mercado camarário. As feiras, cujas origens remontam aos tempos

medievos, reuniam-se em datas festivas de carácter religioso ou profano. Para elas convergiam mercadores - e mais recentemente os “tendeiros” - de toda a região, não sendo raros os oriundos doutras províncias. De tudo se vendia e comprava, sendo de realçar a transacção de alfaías agrícolas, obras de esparto, palma e couro, frutos secos, gado, vestuário, calçado, loiças de barro e vidro, mobiliário, ourivesaria, etc. Nos mercados semanais distinguiam-se sobretudo os frutos e hortícolas, cereais, sementes, aves, ovos, mel, etc.

Eram, sem dúvida, os mercados semanais (reunidos ao sábado nas localidades do litoral-barrocal ou os mercados mensais estabelecidos em determinado domingo nas aldeias do barrocal-serra) que mais contribuíam para o escoamento da produção agrícola e para o abastecimento de manufacturas por parte das populações do interior. Nestes mercados pulsava o autêntico Algarve, na sua mais concreta pujança agrícola e artesanal. Eram verdadeiros fóruns da economia autóctone e da cultura etnográfica que os tempos modernos adulteraram ou fizeram desaparecer.

O comércio retalhista, de porta aberta, estribava-se na polivalência



Loja de comércio tradicional na serra algarvia

da oferta, sendo na sua maioria estabelecimentos de mercearia, fazendas e retrosaria, ferragens, sapatarias, olarias, curtumes, casas de pasto e tabernas. Nas aldeias do interior só praticamente

existiam tabernas e mercearias, que muitas vezes correspondiam ao mesmo estabelecimento e onde se vendia de tudo um pouco: fazendas, alfaías, loiças sementes, conservas, carnes fumadas e peixe seco ou salgado. Muitos desses produtos eram adquiridos nas imediações próximas, sendo o restante fornecido pelo caixeiro viajante, cuja visita além de incerta era, por vezes, demorada.

Nas vilas e cidades as lojas eram em maior número, mas a polivalência das mercearias ou “vendas” era, na maioria dos casos, semelhante à que se verificava nas aldeias.

O grande comércio assumia-se, logicamente, na exportação, quer para o norte do país, quer para o estrangeiro. As vias de escoamento processavam-se, sobretudo, por via férrea e marítima. Os produtos enviados para os mercados exteriores eram especialmente de origem agrícola, animal ou de matérias primas naturais, transformadas em pequenas unidades fabris e oficinas de carácter familiar, sendo certo que algumas eram de proveniência artesanal. As mercadorias que dos portos algarvios se destinavam ao estrangeiro eram, resumidamente, as seguintes: conservas de peixe, sal marinho e sal-gema, alfarroba triturada, farinha de semente de alfarroba e derivados, peixe fresco, salgado e marisco, miolo de amêndoa ou em casca, figo seco, farinhas e guanos de peixe, cortiças, vinho, azeite, madeiras e obras de artesanato em palma e esparto, nomeadamente cestos, canastras, alcofas e vassouras. Pela foz do Guadiana também se escoavam minérios e seus derivados (das pirites cupríferas de S. Domingos), cerâmicas, cantarias, mós de moinho, cal e brita, pedras de amolar, areia para a construção civil e vidraria, cimento, mármore e sienitos. As mercadorias e matérias primas aqui citadas destinavam-se a vários países da Europa, América e África, com especial incidência para o Reino Unido, Espanha, Itália, Alemanha, Estados Unidos da América, Bélgica, França, Holanda, Congo etc.

Enfim, uma actividade comercial relativamente intensa e laboriosa que teve como principais centros dinamizadores os portos marítimos de Vila Real de St.º António, Faro-Olhão, Portimão e Lagos, aos quais estava também

associada uma antiga indústria de construção naval, da qual saía a maioria das embarcações pesqueiras.

Foram necessariamente breves as considerações tecidas em torno das principais actividades económicas do Algarve. Propositadamente não falamos do turismo. E isto porque apesar de existirem visíveis indícios da actividade turística na Praia da Rocha desde os primórdios deste século (conforme se constata nas Actas do I Congresso Regional Algarvio de 1915) e desde 1919 em Albufeira (como se demonstra pelos panfletos turísticos então editados), o certo é que no início da década de quarenta os seus resultados económicos eram ainda pouco expressivos. O turismo como principal fonte de rendimento económico do Algarve insere-se num contexto muito recente, cujas origens poderíamos estabelecer nos meados da década de sessenta, através do aparecimento dos grandes empreendimentos hoteleiros.

Termino com a plena consciência de que muito haveria para dizer entre o pouco que ficou expresso. Contudo, relevem-se-me as omissões pela pouca ambição deste breve esboço geo-económico, que outro objectivo não teve senão o de fazer ressaltar a cultura popular algarvia nas suas mais ancestrais e peculiares actividades económicas. Penso que o algarvio enquanto desbravador de mares nunca antes navegados conquistou de pleno direito um lugar de relevo na história universal. Mas foi, e é, como homem da terra, inovador e criativo, que ele adquire a sua plenitude social e se insere como elemento activo num dos mais importantes espaços culturais da Europa.

*** Presidente da Associação dos Jornalistas e Escritores do Algarve
e Professor da Universidade do Algarve**